

Pobreza e Assistência em Minas Gerais: apontamentos sobre a constituição do campo assistencial no território mineiro (1888-1923)

VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA*

Esta comunicação tem como objetivo apresentar parte do trabalho desenvolvido na pesquisa de doutorado, sobre a pobreza e as formas de assistência pública e privada em Minas Gerais, desde o pós-abolição até os anos iniciais da década de 1920. Deste modo, o texto aborda os impactos da abolição e imigração na conformação social de Minas, como também mapeia as instituições de socorro aos pobres presentes no território mineiro, em busca de traçar um perfil da assistência no estado.

Na concepção de Hebe Mattos, no pós-abolição teria ocorrido um lento desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade do cativo (MATTOS, 1995). A sociedade do início da República era altamente diversificada, com diferentes gradações de cor, vinculadas direta ou indiretamente ao cativo, sem contar os imigrantes que vieram para o país em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. Se comparado ao caso de São Paulo, por exemplo, onde os 2,1 milhões de imigrantes europeus que entraram para o estado, entre 1888 e 1928, tornaram a presença dos libertos menos perceptível entre os paulistas, em Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX, o pós-abolição apresentou contornos diferenciados.

Minas contava em seu espaço geográfico com diferentes concentrações de libertos (mais presentes nas áreas vinculadas à agro exportação); uma grande população afrodescendente, (espalhada por todo seu território) e ainda possuía a presença diminuta, contudo não menos importante, de aproximadamente 60 mil imigrantes europeus, com entrada oficial pelas hospedarias; nas áreas exportadoras, naquelas vinculadas a produção de alimentos e na própria capital-Belo Horizonte (MONTEIRO, 1974). Essa população de origem espacial e étnica diversificada é que constituía a grande maioria de pobres.

Em artigo sobre os escravos na zona da mata mineira, Luiz Fernando Saraiva afirma que “era a província de Minas Gerais (especificamente a Zona da Mata) que mais concentrava escravos no Brasil, em atividades predominantemente rurais”. Isso significava cerca de 101.588 escravos, para um total de 286.497 escravos para o ano de 1886 (SARAIVA,

* Doutoranda no PPGHIS – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”. Bolsista da Fapemig.

2002:7). Diversos estudos concluem que Minas Gerais apresentou, ao longo do século XIX, a maior população livre e escrava do Brasil (BOTELHO, 1998).

Quanto à entrada de imigrantes no estado, o serviço foi melhor organizado na década de 1890, como ocorreu no restante do país. Os imigrantes eram encaminhados para hospedarias em diversas cidades de Minas Gerais (Juiz de Fora, Belo Horizonte, Estação de Vista Alegre, Estação da Soledade); no ano de 1898 o estado de Minas mantinha quatro colônias: em Barbacena, Sabará, Barreiros, Belo Horizonte e São João Del Rey. Juntos, esses núcleos tinham uma população de 1920 indivíduos, sendo que 1360 eram estrangeiros (BOTELHO, 2007:162).

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Brasil em 1872 era de 9.930, 478 milhões de habitantes, dos quais 1.510, 806 milhão eram escravos. Para este mesmo ano, a população do estado de Minas Gerais somava 2.039,735 milhões de habitantes, sendo que 1.047,026 milhão eram homens e 992.709 mil era constituída por mulheres, sem contar 14 paróquias (correspondentes a 62.954 pessoas) que não participaram deste censo. O número de escravos no estado era de 370.459 mil. Em comparação ao ano de 1872, o ano de 1890 apresentou considerável aumento no número de homens e de mulheres, que subiu para 1.627,461 milhão e 1.566,638 milhão respectivamente (IBGE, 1990:31-32) (NPHEd, 2012).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais de 1900 a 1912

1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906
3.594,471	3.680,278	3.768,134	3.858,087	3.950,187	4.044,486	4.141,036

1907	1908	1909	1910	1911	1912
4.239,892	4.317,513	4.397,400	4.497,689	4.555,279	4.628,533

O quadro acima demonstra o crescimento populacional de Minas Gerais a cada ano, entre 1900 e 1912. Quando se trata do crescimento médio anual por capitais do Brasil, Belo Horizonte apresenta, de 1900 a 1910, a taxa de 0,1002% de crescimento. Uma das maiores apresentadas entre as várias capitais presentes no censo do IBGE. Ainda conforme os dados do IBGE a população de Minas Gerais, cerca de três décadas após a abolição da escravidão no Brasil, em 1920, apresentava um contingente populacional de 2.981,806 homens e 2.906,368

¹ Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>.

mulheres. As estatísticas demonstram que houve expressivo crescimento demográfico, de quase o dobro da população tanto de homens quanto de mulheres, como é possível observar no quadro abaixo, que traz os números absolutos dos habitantes do estado (IBGE, 1990:33).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais com os números absolutos de habitantes

UF	1872	1890	1900	1920
Minas Gerais	2.039,735	3.184,099	3.594,471	5.888,174

²

De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1875, pelo presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, a emancipação da população escrava no estado teve início anos antes da abolição. Em parte intitulada “Elemento Servil” o presidente trata de comunicação recebida do ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, relacionada à libertação de escravos:

Elemento Servil

Em aviso de 6 de abril ultimo comunicou-me o ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas que havia solicitado da fazenda a distribuição do fundo de emancipação pelas diversas províncias, na proporção da respectiva população escrava recomendando por esta ocasião que se fizesse observar as disposições dos artigos 37 a 41 do regulamento aprovado pelo decreto n°3135 de 13 de novembro de 1872, a fim de que, verificado até 31 de dezembro do corrente ano o valor de tantos escravos classificados, quantos possam ser libertados pela quota destinada a esta província, ficassem habilitados os juizes de órfãos a desempenhar a obrigação que lhes é competida no artigo 62 do referido regulamento, declarando livre semelhantes escravos e entregando-lhes as cartas de liberdade. ³

Isto significa que mais alforrias podem ter ocorrido durante os três anos após o censo de 1872 e, além disso, existiam dificuldades por parte do governo de Minas Gerais em mapear a quantidade de escravos no território. No próprio censo de 1872 muitas paróquias ficaram ausentes, devido à presença de muitos municípios e a falta de articulação entre as regiões do estado. Sabe-se que em 1886 havia 286.497 escravos em Minas (SARAIVA, 2002) e, de

² 1872: os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada.

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>

³ BN 482 - Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

modo geral, estes dados podem ser analisados como resultado da Lei do Ventre Livre de 1871 e da Lei dos Sexagenários de 1885.⁴

A relevância dessas considerações está na existência de um imenso contingente de escravos no estado à época da abolição, com a maior parte deles concentrada na região sul, zona da mata mineira e região das vertentes, segundo o censo de 1872. Ao realizar um mapeamento das instituições públicas e privadas de assistência do estado de Minas Gerais se tornou perceptível que tais instituições se encontravam em maior número nas mesmas regiões nas quais o número de escravos também era maior, quando da Lei Áurea e anos subsequentes. Isto pode ser observado, principalmente, para a região sul e da zona da mata do estado de Minas Gerais (PASCOAL, 2007:259-287).

Tal ordenação espacial e geográfica das instituições de socorro aos pobres tem ligação direta com o fato de o estado de Minas Gerais apresentar traços peculiares em seu desenvolvimento econômico e social, que merecem atenção. A caracterização de John Wirth, “mosaico mineiro”, registra formas de crescimento diferentes para cada região mineira. Além disso, estas regiões se articularam com outros estados do Brasil e não com seus vizinhos mineiros: o Sul de Minas e o Triângulo mineiro com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro (PIRES, 2009:27).

Durante o século XIX, diante do declínio da economia aurífera, “as principais regiões da província passaram por um processo de reestruturação socioeconômica” que resultou em uma economia agrária de alimentos, voltada para o mercado interno. Apenas a Zona da Mata mineira representa uma exceção, pois ali se estruturou uma economia agrária de exportação, o que a coloca como a região mais dinâmica da província. Anderson Pires afirma que, apesar de corresponder a apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi, até o começo do século XX, a região mais rica de Minas e a principal produtora de café. A região concentrava também 20% da população do estado e, no século XIX, contava com a maior população escrava de Minas Gerais (PIRES, 2009:28).

Isto não significa a afirmativa de que a distribuição da assistência em terras mineiras tenha obedecido ao critério da cor ou que o fato de ser negro significava impreterivelmente a necessidade, a dependência do auxílio ou caridade alheia. Entretanto, não devemos desconsiderar os impactos da forte presença dos negros em Minas Gerais, no pós-abolição e anos iniciais da República, bem como das consequências sociais desta situação. Observamos

⁴ No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre estipulou que todos os filhos de escravos nascidos após a publicação da referida lei fossem considerados libertos. Em 1885, a Lei dos Sexagenários determinou que os escravos maiores de sessenta anos fossem imediatamente libertados.

que havia uma extensa rede assistencial distribuída pelo território mineiro, que apresentou concentração de instituições de assistência em determinadas regiões do estado.

O mapeamento das instituições de caridade foi possível devido à existência de um questionário anexo à circular de 1923, emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Pública de Minas Gerais, que levantou o número de instituições de socorro aos pobres em todo o estado existentes até aquele ano. De acordo com os questionários respondidos pelos municípios chegou-se ao número de 195 instituições de caridade distribuídas por Minas Gerais. As datas de fundação variam, principalmente, devido à constante construção de novos pavilhões direcionados à setorialização da assistência, principalmente a partir de 1910. Ainda, devido ao fato de algumas dessas instituições terem sido inauguradas em uma data e começarem realmente a funcionar em outra.

Quadro das instituições de caridade existentes no estado de Minas Gerais em 1923⁵

Cidade	Instituição	Fundação
Abaeté	Conferência de São Vicente de Paulo	1901
	Casa de Caridade de São Vicente de Paulo	1917
Abre Campo	Santa Casa de Misericórdia	1907
	Hospital Nossa Senhora das Dores	1914
Águas Virtuosas	Asilo São Vicente de Paulo	1910
	Hospital São Vicente de Paulo	1910
Aiuruoca	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
Alfenas	Santa Casa de Misericórdia (Casa de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)	1907
	Asilo São José	1918
Alto do Rio Doce	Hospital de São Vicente de Paulo	1918
Antônio Dias Abaixo	Hospital São Vicente de Paulo	1911
Araguary	Santa Casa de Misericórdia	1918
	Asilo Nossa Senhora do Rosário	1921
Arassuaí	Hospital São Vicente de Paulo	1893
	Albergue para tuberculosos	1915
	Casa para velhos desamparados (chamada Confraria Sociedade de São Vicente de Paulo)	1918

⁵ Levantamento feito a partir da circular de 1923. APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. O papel das Santas Casas de Misericórdia e das Sociedades de São Vicente de Paulo na assistência aos pobres em Minas Gerais é analisado no capítulo 2 da tese “Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923)”, em fase de finalização. As cidades e suas denominações seguiram os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 1912. http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES. VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Araxá	Santa Casa de Misericórdia	1885
Baependi	Santa Casa de Misericórdia	1886
Bambuhy	Santa Casa de Misericórdia	1923
	Asilo São Vicente	1918
Barbacena	Rouparia Dispensário Santa Isabel	1908
	Sociedade São Vicente de Paulo	1896
	Asylo dos Sagrados Corações de Jesus Maria José	1885
	Santa Casa de Misericórdia	1858
Belo Horizonte	Hospital de São Geraldo	1919
	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	1899
	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
	Asilo Afonso Pena	1912
	Instituto João Pinheiro	1912
	Orfanato de Santo Antônio	1911
Bocayuva	Hospital de São Vicente de Paulo	1905
Bom Sucesso	Asilo de Caridade de Bom Sucesso	1906
	Santa Casa de Misericórdia	1890
Cabo Verde	Santa Casa de Misericórdia	1911
Caeté	Asilo São Luiz	1878
	Santa Casa de Misericórdia	1905
Caldas	Santa Casa de Misericórdia	1887
Campanha	Santa Casa de Misericórdia	1856
	Asilo São José	1911
	Pavilhão para Tuberculosos	1912
	Dispensário de Santo Antônio	1922
Campo Belo	Santa Casa de Misericórdia	1912
Capelinha	Hospital de São Vicente de Paulo	1914
	Conferência de São Vicente de Paulo	1902
	Associação das Damas de Caridade	1915
Carangola	Asilo de Inválidos São Vicente de Paulo	1907
	Santa Casa de Misericórdia	1907
Caratinga	Hospital Maria Auxiliadora	1911
Carmo do Rio Claro	Orfanato Nossa Senhora do Carmo	1917
Cataguases	Associação de Caridade de Cataguases	s/d
Christina	Santa Casa de Misericórdia	1915
Cláudio	Santa Casa de Misericórdia	1918
Curvelo	Santa Casa de Misericórdia	1866
Diamantina	Santa Casa de Misericórdia (Hospital de Santa Isabel)	1790
	Hospital de Nossa Senhora da Saúde	1901



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

	Asilo de Órfãs	1867
	Protetora da Infância	1911
	Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio	1902
	Conferencia da Imaculada Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo	1886
	Orfanato de Santo Antônio	1911
Divinópolis	Hospital de Nossa Senhora Aparecida	1918
Dores da Boa Esperança	Santa Casa de Misericórdia (Hospital Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança)	1918
Dores do Indayá	Santa Casa de Misericórdia	1896
Entre Rios	Hospital Cassiano Campolina	1910
Estrela do Sul	Conferência e Asilo de São Vicente de Paulo	1904
Formiga	Santa Casa de Misericórdia	1893
Grão Mogol	Santa Casa de Misericórdia	1873
Guaranésia	Santa Casa de Misericórdia	1911
Guarará	Hospital do Sagrado Coração de Jesus de Guarará	1910
Guaxupé	Santa Casa de Misericórdia	1908
	Asilo São Vicente	1922
	Instituto Profissional Nossa Senhora do Carmo	1923
Itabira	Hospital Nossa Senhora das Dores (Santa Casa de Misericórdia)	1859
	Casa de Caridade Manoel Gonçalves	1910
	Albergue São Vicente de Paulo	1903
Itajubá	Santa Casa de Misericórdia	1897
	Asilo Santa Isabel	1923
	Colégio Sagrado Coração de Jesus Instituto de Surdos e Mudos	1914
Itapetecica	Santa Casa de Misericórdia	1899
Jaguary	Santa Casa de Misericórdia	1916
Januária	Hospital de São Vicente de Paulo	1909
	Sanatório de Tuberculosos da Sociedade São Vicente de Paulo	1916
	Sociedade “Assistência aos Desvalidos”	s/d
Juiz de Fora	Asilo João Emílio	1895
	Santa Casa de Misericórdia	1854
Lavras	Santa Casa de Misericórdia	1865
Lima Duarte	Santa Casa de Misericórdia	1922
Mar de Espanha	Santa Casa de Misericórdia	1898
	Instituto Barão São Geraldo (asilo de órfãos)	1913
Maria da Fé	Asilo de São Vicente de Paulo	1915
Mariana	Asilo de Órfãos do Colégio São Vicente de Paulo	1849
	Hospital São Vicente de Paulo	1917
	Orfanato São Miguel	1917



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES. VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Minas Novas	Santa Casa de Misericórdia	1895
	Conferência de São Vicente de Paulo de Minas Novas	1920
	Casa da Conferência de São Vicente de Sucurin	1918
Monte Carmelo	Asilo de São Vicente de Paulo	1922
Monte Santo	Santa Casa de Misericórdia	1909
	Asilo São Vicente de Paulo	1918
	Villa Allan Kardec (anexa ao Centro Espírita Amor e Caridade)	1914
Montes Claros	Santa Casa de Misericórdia	1871
Oliveira	Santa Casa de Misericórdia	1899
Ouro Preto	Asilo de Santa Isabel	s/d
	Santa Casa de Misericórdia	1730
	Asilo de Santo Antônio	s/d
Palmira	Santa Casa de Misericórdia	1904
Pará de Minas	Santa Casa de Misericórdia	1885
	Hospital de São Vicente de Paulo	1921
Paraisópolis	Casa de Caridade	1914
Passos	Santa Casa de Misericórdia	1865
Passa Quatro	Santa Casa de Misericórdia	1906
	Orfanato Sant'Anna	1912
	Asilo de órfãos São José do Pé do Morro (situado no arraial Pé do Morro, pertencente ao município de Passa Quatro)	1903
	Casa de Caridade São Vicente de Paulo, em Pouso Alto (única que não funcionava mais em 1923)	1918
Pedra Branca	Santa Casa de Misericórdia Coronel Antônio José de Macedo	1911
Perdões	Santa Casa de Misericórdia	1922
Peçanha	Casa de Caridade de São João Evangelista	1913
Pequi	Conferência de São Vicente de Paulo	1900
Piranga	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1908
Pirapora	Hospital Regional e Prophilaxia Rural	1922
Pitangui	Santa Casa de Misericórdia	1872
	Hospital de Abadia da Conferência de São Vicente de Paulo	1908
Piumhy	Santa Casa de Misericórdia	1904
	Conferência de São Vicente de Paulo	s/d
Pomba	Asilo de São José	1923
Ponte Nova	Santa Casa de Misericórdia	s/d
	Hospital Nossa Senhora das Dores	s/d
	Asilo anexo ao Hospital	s/d
Pouso Alegre	Hospital São Vicente de Paulo (em anexo Orfanato Nossa Senhora de Lourdes)	1906



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES. VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

	Escola Profissional Agrícola Delfim Moreira	1917
Prata	Associação de São Vicente de Paulo	1910
Queluz	Orfanato Nossa Senhora de Nazareth	1905
	Santa Casa de Misericórdia	1906
Rio Espera	Asilo Hospital São Vicente de Paulo	1911
Rio Novo	Santa Casa de Misericórdia	1912
	Asilo Cônego Agostinho	1914
	Albergue dos Pobres	s/d
Rio Preto	Santa Casa de Misericórdia	1886
	Santa Casa de Misericórdia (distrito de Santa Rita de Jacutinga)	1886
	Associação de São Vicente de Paulo	1914
Sabará	Santa Casa de Misericórdia	1812
	Hospital de Lázarus	s/d
Sacramento	Hospital São Vicente de Paulo	1901
	Casa de Caridade	1901
	Casa de Caridade do distrito de Conquista	1919
Santa Bárbara	Escola Apostólica “Nossa senhora Mãe dos Homens” (Colégio do Caraça)	s/d
Santa Luzia (Macaúbas ou Jaboticatubas)	Asilo de Macaúbas	1915
	Asilo de Nossa Senhora da Conceição de Jaboticatubas	1915
	Santa Casa de Misericórdia (Hospital São João de Deus)	1845
Santa Rita de Cássia	Hospital de Caridade Santa Isabel	1910
	Irmandade de São Vicente de Paulo	1920
Santa Rita do Sapucahy	Santa Casa de Misericórdia Antônio Moreira da Costa	1913
Santo Antônio do Machado	Santa Casa de Misericórdia	1905
	Asilo dos Pobres	1905
Santo Antônio do Monte	Associação de São Vicente de Paulo	1901
São Gonçalo do Sapucaí	Santa Casa de Misericórdia	1898
São João Batista	Santa Casa de Misericórdia	1912
São João Del Rey	Santa Casa de Misericórdia	1783
	Asilo Maria Thereza	s/d
	Asilo São Francisco de Assis	s/d
São João Nepomuceno	Albergue noturno	1918
São José D’Além Paraíba	Hospital São Salvador	s/d
	Asilo de Mendigos Anna Carneiro	1921
São Miguel do Jequitinhonha	Hospital São Miguel Arcanjo	1920
São Sebastião do Paraíso	Santa Casa de Misericórdia	1916
	Irmandade São Vicente de Paulo	1918



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES. VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Serro	Santa Casa de Misericórdia	s/d
Sete Lagoas	Santa Casa de Misericórdia	1881
Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas)	Asilo de São Vicente	1913
Theóphilo Ottoni	Hospital Santa Rosália	1913
	Hospital dos Tuberculosos	1916
	Hospital Américo Machado	1913
Três Corações	Hospital de Caridade e Asilo São Vicente de Paulo	1919
Turvo	Santa Casa de Misericórdia	1894
Ubá	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1911
	Albergue Noturno São Vicente de Paulo	1913
	Hospital São Vicente de Paulo (distrito de Rodeiro)	1908
	Albergue Noturno São Vicente de Paulo (distrito de Tocantins)	1916
Uberaba	Santa Casa de Misericórdia	1854
	Asilo São Vicente de Paulo	1898
	Asilo Santo Antônio	1912
	Asilo Anália Franco	1919
	Orfanato Santo Eduardo	1920
Uberabinha	Santa Casa de Misericórdia	1908
	Asilo São Vicente de Paulo	s/d
Varginha	Santa Casa de Misericórdia	1921
Viçosa	Hospital São Sebastião	1908
	Hospital Regional	1921
Vila Bráz	Santa Casa de Misericórdia	1908
Vila de Cambuquira	Casa de Caridade de Cambuquira	1921
	Associação das Damas de Caridade de Cambuquira	1923
Vila Nova de Lima	Hospital de Caridade	s/d
Villa Paraopeba	Santa Casa de Misericórdia	1906
Vila Resende Costa	Hospital Nossa Senhora do Rosário	1923

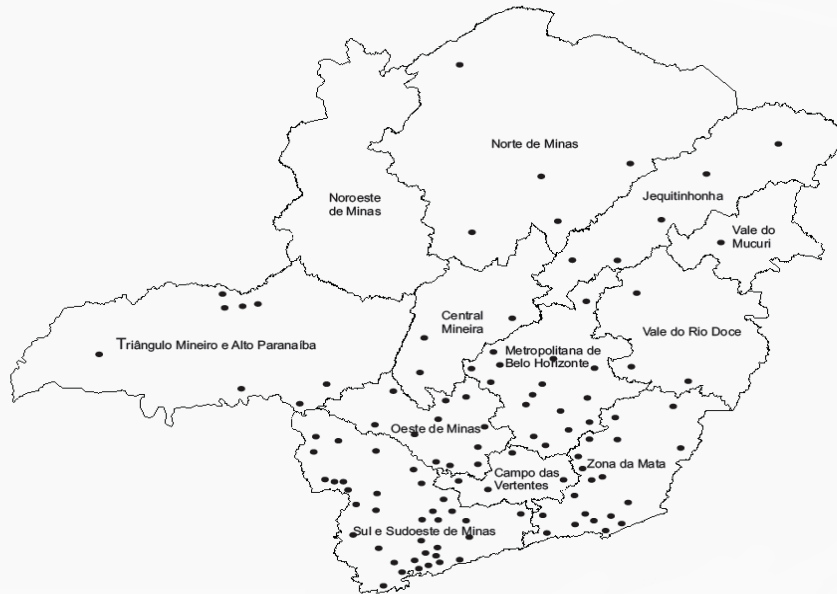
Outro fator relevante para a análise da assistência em Minas Gerais é a presença massiva das irmandades ou confrarias no território mineiro. O quadro confirma isso em relação à participação ativa dos leigos na prática da caridade, através da assistência aos pobres e desvalidos. A maior parte das instituições mapeadas acima foi fundada pelas confrarias ou irmandades da Misericórdia e de São Vicente de Paulo, as primeiras com predomínio das Santas Casas de Misericórdia e os vicentinos com maior número de asilos e orfanatos.



Embora, ambas tenham criado muitos hospitais, asilos, orfanatos e algumas instituições para alienados.

Boa parte da sociedade mineira, homens e mulheres, participavam destas agremiações “com o intuito de cultuar seus santos, buscar a proteção diante das contingências da vida e da morte, encontrar pessoas, estabelecer relações e praticar a caridade”. A historiografia sobre o tema mostra que as irmandades e confrarias “foram responsáveis por estimular (...) a devoção e o amor ao próximo”. Para Daniela Gomes, estas associações proliferaram devido à “proibição da entrada de ordens religiosas na região, a fim de controlar o contrabando e reservar para si todos os benefícios advindos da extração do ouro e dos diamantes”. Esta proibição contribuiu para fortalecer a atuação dos ‘leigos’ nas ordens terceiras (BOSCHI, 1984:21-22) (GOMES, 2009).

Mapa da Distribuição regional das instituições de caridade em Minas Gerais - 1923



Campo das Vertentes

Barbacena
 Lavras
 São João Del Rey
 Vila Resende Costa

Central Mineira

Abaeté
 Curvelo
 Dolores do Indaiá

Jequitinhonha

Araçuaí
 Diamantina
 Minas Novas
 São João Batista (Itamarandiba)
 São Miguel do Jequitinhonha
 (Jequitinhonha)
 Vila Capelinha (Capelinha)

Metropolitana de Belo Horizonte

Belo Horizonte
 Caeté
 Entre Rios de Minas
 Itabira
 Jaboticatubas
 Mariana
 Ouro Preto
 Pará de Minas
 Pequi
 Pitangui
 Queluz (Conselheiro Lafaiete)
 Sabará
 Santa Bárbara
 Serro
 Sete Lagoas
 Vila de Nova Lima

Norte de Minas

Bocaiúva
 Grão Mogol
 Januária
 Montes Claros
 Pirapora

Oeste de Minas

Bambuí
 Bom Sucesso
 Campo Belo
 Cláudio
 Divinópolis
 Formiga
 Itapecerica
 Oliveira
 Perdões
 Piumhi
 Santo Antônio do Monte

Sul e Sudoeste de Minas

Minas
 Águas Virtuosas (Lambari)
 Aiuruóca
 Alfenas
 Baependi
 Cabo Verde
 Caldas
 Campanha
 Carmo do Rio Claro
 Cristina
 Dolores da Boa Esperança
 (Boa Esperança)
 Guaranésia
 Guaxupé
 Itajubá
 Jaguarí (Camanducaia)
 Maria da Fé
 Monte Santo de Minas
 Paraisópolis
 Passa Quatro
 Passos
 Pedra Branca (Pedralva)
 Pouso Alegre
 Santa Rita de Cássia (Cássia)
 Santa Rita do Sapucaí
 Santo Antônio do Machado
 (Machado)
 São Gonçalo do Sapucaí
 São Sebastião do Paraíso
 Silvestre Ferraz (Carmo de Minas)
 Três Corações
 Turvo
 Varginha
 Vila Brás (Brazópolis)
 Vila de Cambuquira

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Araguari
 Araxá
 Estrela do Sul
 Monte Carmelo
 Prata
 Sacramento
 Uberaba
 Uberabinha (Uberlândia)

Vale do Mucuri

Teófilo Otoni

Vale do Rio Doce

Antonio Dias
 Caratinga
 Peçanha

Zona da Mata

Abre Campo
 Além Paraíba
 Alto Rio Doce
 Carangola
 Cataguases
 Guarará
 Juiz de Fora
 Lima Duarte
 Mar de Espanha
 Palmira (Santos Dumont)
 Piranga
 Pomba (Rio Pomba)
 Ponte Nova
 Rio Espera
 Rio Novo
 Rio Preto
 São João Nepomuceno
 Ubá

Font e: Realizado a partir de questionário anexo a circular da Secretaria do Interior, Departamento de Saúde e Assistência Pública, do ano de 1923.

Segundo Caio Boschi, é difícil afirmar precisamente quando foram criadas as primeiras irmandades em Minas Gerais. O autor parte da noção de que em cada capela, de cada povoado, havia congregação de fiéis e, conseqüentemente, uma irmandade. As capelas



não eram somente templos religiosos, mas importantes “centros de vida social”; a construção de capelas e igrejas, para Boschi, tinha motivações não apenas espirituais. A “perspectiva associacionista” esteve sempre presente através da instituição de inúmeras irmandades. Desta forma, a análise das “origens históricas e da proliferação destas associações parte da premissa de que, ao caráter religioso delas, há que se somar objetivos beneficentes e de ajuda mútua” (BOSCHI, 1984:22).

Em relação à distribuição geográfica das instituições de auxílio à pobreza no território mineiro, também parece obedecer à dinâmica do desenvolvimento econômico, pelo menos nos anos iniciais da República. De acordo com o mapa, há maior concentração de instituições na capital do estado, sul e sudoeste, zona da mata mineira, além das regiões oeste e triângulo, que somam uma população de quase dois milhões de habitantes, diante de um total de 4.628, 553. Historicamente, observa-se que estas regiões sempre foram economicamente ativas e com atividades produtivas diversificadas. O historiador econômico Marcelo Godoy Magalhães, criou uma regionalização específica para o oitocentos mineiro e o recortou em 18 regiões, “levando em conta fatores físicos, demográficos, econômicos e históricos”. Enfim, concebeu o território mineiro a partir de especificidades das atividades econômicas locais e da divisão regional do trabalho, que apresenta as regiões com alto, médio e baixo desenvolvimento econômico (GODOY e BARBOSA, 2008:168).

Podemos observar que as regiões de alto e médio desenvolvimento econômico correspondem às áreas onde havia maior número de instituições de assistência e maior concentração populacional. Em cada município que aparece no mapa existiam uma ou mais instituições de assistência, mais concentradas nas regiões com alto e médio nível de desenvolvimento econômico (GODOY, 1996). Além disso, a maior parte da população do estado de Minas, em 1870, estava nas regiões sul, sudeste, sudoeste, zona da mata, vertentes e região metropolitana (MELLO FILHO e SANTOS JÚNIOR, 2006).

Conclui-se que a distribuição da assistência em Minas Gerais obedeceu a alguns critérios ligados ao desenvolvimento histórico, social e econômico. Nas regiões com maior densidade demográfica e economia diversificada o número de instituições de auxílio era bem maior do que no restante do estado. Para as áreas economicamente ativas deviam ir aqueles que buscavam melhores oportunidades de trabalho, o que nem sempre era alcançado, levando muitas famílias à dependência da caridade. Provavelmente, as irmandades e a sociedade, de modo geral, criavam instituições de auxílio a partir da demanda ou necessidade local.



Sobre a questão social em Minas Gerais, a análise nos leva a crer que a mesma se acentuou após a abolição da escravidão em 1888; vimos que o estado possuía o maior número de escravos do Brasil em 1872. Número que não decresceu na zona da mata mineira, por exemplo, mesmo no pós-abolição. Além disso, devemos considerar as transformações capitalistas nos mundos do trabalho como fator importante para a agudização do processo de empobrecimento e consequente aumento da pobreza no território mineiro.

Diante deste quadro, as primeiras iniciativas de institucionalizar a assistência em Minas datam de 1891. A proclamação da República trouxe à tona os debates sobre a descentralização do poder e a autonomia do estado em relação ao governo federal. Nas discussões da constituição mineira de 1891 estava presente o desejo de “coibir os abusos de poder, dotar as instituições políticas de instrumentos capazes de evitar a prepotência do Executivo”. Acreditavam os constituintes que a fragmentação do poder devia ser levada até os menores núcleos populacionais, distritos e vilas, pautados na ideia de autonomia. Tratou-se de definir os limites do estado e organizar as municipalidades (NETO, 1976:217-220).

Foram criadas escolas superiores e alguns serviços, antes prestados por particulares, tornaram-se responsabilidade pública. Como parte do processo de especialização dos serviços no estado de Minas Gerais novos setores e cargos públicos foram criados. A Secretaria do Interior (criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891) “tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis”. A secretaria cuidava também das relações de Minas Gerais com outros governos e com o Governo Federal.

Até o ano de 1923, marco final da pesquisa, ainda estavam subordinadas à Secretaria do Interior diversas instituições mineiras, tais como o Instituto Vacínico, a Diretoria de Higiene, o Arquivo Público Mineiro e a Brigada Policial.⁶ Desta forma, a secretaria se tornou responsável pela organização da saúde e da assistência pública em Minas Gerais, estabelecendo uma relação de parceria, através de contratos de prestação de serviços assistenciais, com as associações privadas de auxílio.

Referências Bibliográficas:

⁶ No ano de 1926, pela lei nº 919, de 4 de setembro, os serviços concernentes à administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. A nova secretaria durou apenas quatro anos. Após sua extinção em 1930, os serviços relacionados à segurança, saúde e assistência pública retornaram para a Secretaria do Interior. APM. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35



ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 155-176 – 2007.

BOSCHI, Caio César. *O Assistencialismo da Capitania do Ouro*. Revista de História, São Paulo, nº.116, p.25-41, jan./jun.1984.

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, 1998.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora, Minas Gerais 1850-1870*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.

GOMES, Daniela Gonçalves. *As Ordens Terceiras em Minas: suas Interações e Solidariedades no Século XIX*. Anais do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridagens (2009, Campo Grande/ MS).

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª Ed. v 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 31-32.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889/1930)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

NETO, Silveira. *O Senado Mineiro (1891-1930)*. Revista de Informação Legislativa. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180955/000357588.pdf?sequence=3>
Acesso em 17/02/2015. p.217-220

PASCOAL, Isaías. *Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872 (Relatório Provisório). Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHED, http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf. Janeiro de 2012.



SARAIVA, Luiz. Fernando. *Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro*, Juiz de Fora 1870-1900. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.